



-----ATA nº01/2018-----

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
  - 2-Eleição de representantes das Freguesias na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios; -----
  - 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais; -----
  - 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação à alteração ao Mapa de Pessoal; -----
  - 5- Apreciação, discussão e eventual aprovação Nomeação do Revisor Oficial de Contas (ROC); -----
  - 6- Apreciação, discussão e eventual aprovação de Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Perais; -----
  - 7-Apreciação, discussão e eventual aprovação alienação do Complexo Turístico "Portas de Ródão"; -----
  - 8- Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
  - 9-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
  - 10-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-----
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a presença de todos os membros eleitos. -----
- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal ficando disponível para eventual consulta. -----
- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à

apreciação e votação a ata da sessão realizada em 22/12/2017, previamente remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado nessa mesma sessão, foi dispensada a leitura, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.-----

**----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----**

---- O membro Fernando Roma, dirigindo-se ao membro Carlos Gonçalves e às suas intervenções na última sessão, frisou que este tinha falado várias vezes em colaboração, em consensos, em fazer parte das soluções, apresentar projetos, dizendo concordar plenamente com isso, mas não concordava com a frase "... o grupo socialista tem o direito a atacar...", dizendo que nunca atacaram ninguém e que todos juntos tinham o dever de defender o concelho. Em seguida entregou à mesa uma Moção para dar entrada neste ponto.-

---- O membro Carlos Gonçalves respondeu que o que quis dizer fora outra coisa, porque na última sessão o debate político deveria ter sido feito pelos membros dos diferentes grupos eleitos e excetuando a leitura da Moção e a intervenção do membro Luis Andrade, que inclusive felicitara pela sua intervenção, o debate não fora feito normalmente com os membros eleitos da bancada socialista. Na política tinha que haver capacidade de debate e discussão, porque se apenas falar o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia, isto não era realmente um debate que permitisse avançar com as ideias e projetos. Aquilo para que chamou a atenção era que não estavam a ter um debate com o grupo da bancada socialista, mas sim com a Mesa deste Órgão, por razões de funcionamento da Assembleia Municipal e com o Presidente da Câmara, pensando que isso era um bocado redutor para aquilo que era essencial no debate político e que neste, felizmente, havia ideias contrárias, porque se todos estiverem de acordo, mesmo sendo da maioria que suporta o



executivo, não iriam corresponder aquilo que era o interesse dos cidadãos e que a diferença, o debate, a partilha de ideias e as opiniões diferentes, eram fundamentais em democracia, agradecendo as palavras deste membro e que este também sabia que era no debate e na discussão que as coisas avançavam. -----

----O membro Luis Coutinho fez a entrega à Mesa dos Votos de Pesar por escrito que tinham sido oralmente apresentados na sessão anterior, tendo também entregue uma Moção para dar entrada neste ponto. -----

----O membro Luis Andrade, dirigindo-se ao membro Carlos Gonçalves, disse que este na última sessão tinha monopolizado os tempos de intervenção mas não tinha dito nada, não trouxera nada de novo, não apresentara nenhuma solução nem nenhuma opção que fosse vantajosa para o concelho e que ele não tinha as credenciais que este membro tinha, mas trabalhava com o povo, coisa que talvez este o não fizesse. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal pediu a todos os membros que fizessem as suas intervenções com calma e respeito e o mínimo de alteração possível. -----

----O membro Carlos Gonçalves dirigindo-se ao membro Luis Andrade e á afirmação deste que ele não tinha trazido nada, constatava que nas duas primeiras intervenções desta sessão tinham citado o seu nome e se achava que tinha ocupado muito tempo da última sessão estavam a proporcionar que hoje pudesse acontecer o mesmo. Era da opinião que o debate era importante e não queria que este membro concordasse com ele, mas achava que tinham que encontrar pontos convergentes, lembrando que na última sessão houve um conjunto de reparos que lhe tinham sido dirigidos e se continuassem a citar o seu nome iria certamente ocupar mais tempo de intervenção que os

restantes membros para poder exercer o seu direito de resposta, que lhe era consagrado pelo Regimento.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a entrada neste ponto das Moções apresentadas pela Bancada Socialista e da Coligação "Novo Rumo", tendo sido aprovado por unanimidade a entrada das duas Moções.-----

---- O membro Fernando Roma leu a Moção apresentada pela bancada socialista e onde é manifestado o apoio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se arquiva junto á presente ata.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que o sentido de voto dos membros da bancada da coligação "Novo Rumo" seria de abstenção porque era evidente que o Sr. Presidente da Câmara e o Município, nos últimos tempos, atravessavam momentos difíceis devido à exposição mediática do concelho na comunicação social, pelas piores razões e que havia muita especulação sobre a poluição do Tejo e apesar de não haver certezas, tudo apontava para as indústrias do papel existentes nesta vila, mas o importante era que houvesse rigor e transparência por parte das autoridades no tratamento deste problema. No entanto, o concelho tinha que começar a projetar-se em todo o seu território para permitir que houvesse um plano de desenvolvimento local que fosse alternativo aquilo que era o *cluster* da industria do papel e era preciso perceber que a mono industria tinha consequências a termo e teria que se começar a encontrar outro caminho, compaginando com a industria, que era fundamental para a economia não só local como nacional. Também era preciso perceber que muitos dos que trabalhavam na indústria de papel não viviam no nosso concelho e ter-se-ia que pensar em outras formas de desenvolvimento, percebendo-se que perante o problema da



poluição, apostar no turismo poderia ser complicado e a atração de população e jovens estava comprometida. Infelizmente muita gente se tem aproveitado deste problema, inclusive há dias, uma presidente de câmara da área política do Sr. Presidente deste Município, na Assembleia da Republica, não mostrou solidariedade política e citou várias vezes Vila Velha de Ródão como sendo o cerne do problema da poluição, por isso competia-nos encontrar um caminho para que no futuro pudesse ser alternativa e que se começa-se a desenvolver e a pensar também nas outras freguesias que não tinham poluição. Compreendia que as pessoas desta vila tivessem algum mau estar com a tentativa de culpabilizar só esta vila, mas o Tejo não passa só em Vila Velha de Ródão e, se for caso disso, convinha que todos assumissem as suas responsabilidades, porque atribuir culpas só a uns parecia-lhe um pouco exagerado. -----

---- O membro Luis Coutinho leu a Moção apresentada pela bancada da Coligação "Novo Rumo" que tem como tema "pelo equilíbrio entre a proteção dos recursos naturais e as atividades económicas em Ródão", que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se arquiva junto á presente ata. -----

----O membro Luis Andrade disse que, na sua opinião, que o problema da poluição no Tejo era mais grave do que fora falado e que todos estavam interessados na defesa do rio, mas não concordava que se viesse afirmar neste Órgão, sem provas, que a culpa era da CELTEJO. Não ouvira na leitura desta Moção, que o Tejo nascia em Espanha e que também havia poluição neste país, que existia a pouco mais de 100 (cem) quilómetros uma central nuclear, que em Toledo havia tanta espuma como em Abrantes mas que na barragem do Fratel não havia. O importante era defender Vila Velha de Ródão e embora cá houvesse problemas de poluição, como também havia noutros lados,

o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem tido um empenho na sua atuação na defesa do ambiente como nenhum presidente o tinha feito e achava um pouco ridículo que, na redação desta Moção, se culpasse esta vila e uma empresa que fez investimentos para minorar o problema da poluição.-----

---- O membro Ricardo Morgado disse que, achava que num ponto estavam de acordo, havia um problema que estava identificado, nunca o esconderam, e ainda bem que todas as entidades competentes estavam a tomar conta da ocorrência e inclusive, segundo fora noticiado, iriam proceder a uma limpeza profunda do rio daqui até à barragem do Fratel. Mas o Tejo não era só de Vila Velha de Ródão à barragem de Fratel ou Abrantes, por isso achava que a Moção apresentada pela bancada da coligação "Novo Rumo" era algo populista, porque esta Câmara na pessoa do Sr. Presidente, sempre defendeu, com os munícipes, a integração de todas as atividades económicas no concelho, por isso parecia-lhe que o caminho não seria este, debater sim, mas com o respeito e importância que o assunto merecia.-----

---- O membro Luis Coutinho disse estranhar a posição destes dois membros, porque achava que esta Moção, era de alguma forma, generalista e que em relação ao problema de Espanha frisavam na mesma que o mesmo era da sua nascente á foz e não diziam que este era todo de Vila Velha de Ródão, mas era óbvio que tínhamos problemas porque estava referenciado em todos os relatórios e referido nas diversas Comissões e inclusive, é citado pelo ministro do ambiente, que se reduziu as emissões para metade e que isto não era nada de novo. O que pretendiam era ir mais além dos problemas aqui referidos e que tinham a ver com o ambiente e a qualidade de vida, ou seja, um conjunto de assuntos que queriam ver debatidos



com todas as partes envolvidas, mas ninguém se referira ao Sr. Presidente da Câmara. Referiu que na opinião desta bancada, era uma Moção o mais consensual e óbvia possível, mas que tinha sobretudo, a função de alertar para um conjunto de problemas que existiam no nosso território. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que esta era uma Moção importante no sentido de que desde a última sessão deste Órgão que, praticamente todos os dias, este problema era notícia, tendo havido inclusive audições na Assembleia da República e opiniões a vários níveis, formalizadas por um certo conjunto de entidades, sabendo que havia danos irreparáveis face a todo este mediatismo e teríamos que ter consciência que a situação hoje em Vila Velha de Ródão não era a mesma aquando da última Assembleia Municipal. A imagem de um território, quando associado a um problema de poluição, era irreparável e saía claramente prejudicada, ao nível turístico, agrícola e para os seus produtos, portanto era o dever de todos trabalhar no sentido do que a Moção propunha, que houvesse um conjunto de debates e eventualmente promover alguns esclarecimentos. Independentemente das culpas que poderão existir e em relação à CELTEJO não havia nada nesta Moção sobre isso pois quem proferira essas declarações fora o ministério do ambiente e um conjunto de outras entidades, não fora esta bancada, mas percebiam que esta empresa, como qualquer outra, tinha que cumprir as normas que estão previstas por Lei, podendo no entanto concordar ou discordar se a Lei estava suficientemente adaptada às novas realidades. Havia um problema que tinha que ser ultrapassado e o facto de se apontar culpas à direita e à esquerda era porque ninguém queria ficar associado à questão da poluição e como eramos o território menos populoso e com menos capacidade de intervenção

era também aquele que seria mais fácil de atacar. Na sua opinião, sendo esta uma Moção com sentido positivo, deveria pelo menos merecer a abstenção da bancada socialista, permitindo a viabilidade da mesma, porque os consensos iam neste sentido e ninguém queria que o nosso território continuasse a ser atacado, mas se havia empresas e outras Câmaras que não cumprem deviam ser penalizadas por isso, mas não podíamos escamotear uma realidade extremamente complicada, sabendo que a coabitação com a industria e em particular a industria do papel e o meio ambiente não era fácil, tinha-se que encontrar condições que nos permitissem continuar com esta mesma industria mas ao mesmo tempo perspetivar uma forma adaptada para uma nova realidade que permitisse devolver a Vila Velha de Ródão outra imagem. Hoje, talvez como nunca, se precisasse de encontrar consensos e que o problema era de nós todos e não nos deveríamos fechar só na indústria do papel nem nas questões técnicas, deveríamos começar a aprofundar a ideia e daí os debates, de dar uma imagem diferente de Ródão e perpetuar um futuro com alguma alternativa, porque a mono industria dava sempre mau resultado no fim de algumas gerações, embora não signifique que se a possa manter, mas tinha que se diversificar, pois havia muitos exemplos europeus que refletiam esse problema.-----

---- O membro Luis Andrade disse que no geral não era contra a Moção, mas não concordava com a mesma quando esta se referia à empresa CELTEJO e muito o admirava que não fosse referido a empresa CENTROLIVA que era muito mais prejudicial para os habitantes desta vila, além disso a CELTEJO estava a fazer os investimentos necessários para contribuir para a menorização da poluição e a CENTROLIVA não. Além disso, este município, nos últimos anos, tem lutado, em vão, para que a CENTROLIVA resolvesse o seu problema e



esta Moção nada referia quanto a isso, só falava no problema do Tejo. -----

----O membro Ricardo Morgado disse que pelas intervenções da bancada da coligação "Novo Rumo", concluía que a Câmara Municipal estava no caminho certo e que nos deveríamos congratular por isso. Uma vez mais ouvira falar em dimensão e número de habitantes, mas achava que nos deveríamos colar aos melhores e era isso que, Ródão, esta bancada e o executivo, tinham feito e tinham estado em muitos lados pelos melhores motivos e era aí que queriam estar. Não concordava quando se dizia que tínhamos um rio pior, pois o problema fora identificado e estava a ser tratado e neste momento todas as instituições iriam começar a intervir, como tal, iríamos começar a ter um rio melhor. -----

----O membro Júlia Ceia disse que sendo publico os valores que a Celtejo descarregava para o tejo, questionou que gostaria de saber também quais os valores e o que é que esta empresa emitia para a atmosfera, porque considerava que esse é que era o problema que mais interessava a quem cá vivia e as consequências que traria às pessoas. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que nenhum dos presentes poderia responder a esta questão e que todos tinham a obrigação de, não só fazer constatações, mas trazer soluções e há muitos anos que neste Órgão se discutiam todas as formas de poluição. Sobre a Moção disse concordar com o membro Luis Coutinho quando este dizia que era um documento generalista sobre a poluição, e apenas iria fazer um comentário sobre a citação que encerra a mesma e que após a intervenção do membro Júlia Ceia, parecia-lhe que caía pela base a tese de que, de facto, a CELTEJO não era mencionada mas estava implícito claramente que se centrava

numa determinada empresa.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que esta Moção não falava em qualquer empresa, mas pensava que tinha ficado claro e era óbvio que na sessão de dezembro último todos tinham votado para o mesmo em relação à CENTROLIVA e que ninguém estava a fazer populismo mas sim a constatar realidades e problemas que tinham de ser debatidos para o futuro. Também era claro, era público e toda a gente o dizia, que a CELTEJO era um problema, mas também a CENTROLIVA o era e como o membro Júlia Ceia tinha dito e também estava na Moção, o problema não era só com os recursos hídricos, era bom que fosse só isso, mas era bem mais grave. Portanto escusavam de estar a ver aquilo que lá não estava, porque estão lá todas as empresas afetadas e nesse sentido estavam lá todas. A Moção não referia a CELTEJO, era mais que a CELTEJO e não era só Vila Velha de Ródão, era em Espanha, de certeza, era em Abrantes, talvez, ou seja, era mais vasto que isto e só tinham que estar atentos à informação existente e confiar nos organismos que estavam a tratar dos assuntos.-----

---- O membro Ricardo Morgado referindo-se à intervenção do membro Luis Coutinho, disse que a Moção, realmente, era pacífica, mas o que não tinha sido pacífico foram os comentários seguintes que seguirão por um caminho muito mais abrangente que o próprio documento e como tal, não poderia deixar de manifestar o seu desagrado.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que nunca vira um Presidente da Assembleia Municipal intervir para interpretar uma Moção e não lhe parecia que esta fosse a melhor forma de conduzir os trabalhos, porque a este competia-lhe moderar e independentemente do debate mais ou menos aceso, não podia interpretar politicamente textos da



autoria de outro membro aqui presente, quem o poderia fazer seriam as bancadas com acento neste Órgão. Achava que esta situação não favorecia Vila Velha de Ródão porque quem estivesse a assistir poderia entender que os trabalhos estavam a ser condicionados pelas interpretações que o Presidente fazia, de uma forma ou de outra, mais ou menos favoráveis, pedindo ao Presidente da Assembleia Municipal que se limitasse ao exercício da sua função, que considerava digna e que todos deveriam respeitar e permitir que fossem os membros das bancadas a fazerem esse tipo de interpretação. Mais disse que a Moção não falava na CELTEJO e muito o surpreendia que tanto falassem desta empresa, porque quando elaboraram este documento pensaram num conjunto de indústrias ligadas ao *cluster* do papel, mas os membros da bancada socialista é que não paravam de falar da CELTEJO e a colocaram no debate, até parecia que havia aqui um problema com esta empresa, afirmando que não tinham atacado qualquer tipo de empresa porque não possuíam elementos técnicos para o fazerem, mas tinham uma ideia clara baseada num texto da APA que falava em vários incumprimentos mas não queria falar sobre isso. Referindo-se à intervenção do membro Ricardo Morgado, quando este dizia que o rio estava melhor era porque este estava mal, mas tínhamos todos que perceber que havia um problema em Vila Velha de Ródão e que deveríamos deixar-nos de quezílias partidárias e achava que não valia a pena colarmo-nos a uma empresa para defender o problema porque era a esta que lhe competia defender e cumprir e pensava que o já estaria a fazer, reconhecendo que independentemente das culpas que possam existir por parte das empresas sedeadas nesta vila, não poderia ser só Vila Velha de Ródão a culpada. Disse também que num debate onde tinha estado presente o Presidente deste executivo, uma autarca do mesmo

partido político da maioria deste município, disse que os problemas eram todos de Vila Velha de Ródão, como tal deveriam também entender-se em termos políticos, ele também tinha lá estado e não disse uma palavra negativa sobre este concelho, que lhe dizia muito. Se houver erros políticos tinham que ser penalizados, se houver erros por parte das empresas tinham que ser penalizadas, mas tínhamos que dizer aos cidadãos que estávamos aqui para defender os interesses deste concelho, referindo que o teor desta Moção em comparação com o que fora dito por algumas forças políticas e deputados socialistas, era muito pacífico, por isso não façam debate político com eles mas sim com quem achavam que não falava verdade. Terminou dizendo que a única referência que faziam neste documento era sobre o problema e preocupação com a central nuclear espanhola existente junto ao nosso território.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal começou por se referir a uma intervenção do membro Carlos Gonçalves na Assembleia da República, citando: *"Compete às autoridades e também à empresa, cada um com o sentido de responsabilidade e correspondendo aquilo que está na lei, tentar encontrar uma solução em conjunto e rápida"*, como tal fora este membro que referira *"à empresa"* e não *"às empresas"*, desafiando-o a apresentar a gravação com esta afirmação e a desmenti-lo perante esta. Em seguida referiu-se à intervenção do deputado do PSD, Manuel Frexes e com a qual se identificava e concordava plenamente, citando: *"Não era a primeira vez que estamos perante situações de poluição no Rio Tejo, até hoje, não sabemos com exatidão ou pelo menos não podemos assegurar com certezas absolutas, quem foi ou quem foram os prevaricadores, aliás, ouvi o Sr. Ministro do Ambiente dizer que, provavelmente, a causa desta poluição teria sido os sedimentos e os detritos das*



celuloses que estão no leito do rio e que devido à turbinagem das águas possam ter causado esta situação associada, ou não, a uma eventual descarga ou um eventual acidente numa das celulosas situadas em Vila Velha de Ródão. Mas de facto, até hoje, não sabemos as causas e os poluidores que efetivamente, com certezas absolutas, porque só com certezas absolutas nós podemos e devemos atuar, estiveram na origem e na causa deste desastre ambiental" ---

----O membro Fernando Roma disse que o que se estava aqui a assistir era um debate político e não uma Assembleia Municipal e disse concordar com a Moção apresentada pela bancada da coligação "Novo Rumo", mas pedia moderação e que se debatessem os assuntos do concelho. -----

----O membro Ricardo Morgado disse que o membro Carlos Gonçalves, na sua primeira intervenção nesta assembleia, disse que não vinha para aqui falar na Assembleia da República e já o ouvira falar deste Órgão Parlamentar pelo menos três vezes, também disse que iríamos discutir Vila Velha de Ródão e já íamos em Abrantes, mas esquecia-se da Câmara de Mação e do Sr. Deputado Duarte Marques, porque se estávamos a discutir um assunto da máxima importância numa ótica abrangente a todo o concelho, parecia-lhe que já iam muito distantes daqui. -----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, Joaquim Vaz, disse concordar com esta Moção, mas não concordava com a referência que esta fazia ao senhor Arlindo Marques porque não compreendia o porquê da ligação deste ao nosso concelho e que a única coisa que fazia era atacá-lo constantemente. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que o membro Ricardo Morgado tinha dito que ele falara da Assembleia da República mas também deveria ter dito ao presidente deste Órgão, que utilizara uma

intervenção sua dentro de um contexto de uma reunião que demorou bastante tempo e podia também ter lembrado outras declarações feitas por outros deputados com ataques muito acesos. Citou o deputado Manuel Frexes, mas esqueceu-se de dizer que os presidentes foram convocados para esta reunião a requerimento do Partido Social Democrata e ficara muito surpreendido com a atitude de uma presidente de câmara e ao contrário do que alguém tinha dito, afirmou que também tinha citado Mação. O facto de estar tão atento à sua intervenção na Assembleia da República dava-lhe alguma importância, porque pessoalmente, não queria referi-la aqui e que apenas falara cerca de minuto e meio para lembrar a importância do requerimento, achando que não era com ele que se deveriam preocupar e que se deveriam entender também em termos políticos sobre esta matéria e esta discussão só acontecera por causa da interpretação que fora feita em relação à CELTEJO e que não era aqui mencionada. Compreendia a observação deste membro em relação ao senhor Arlindo Marques e eventualmente até podiam votar a Moção à exceção do parágrafo onde este é referido. Em relação ao deputado Duarte Marques só este é que poderia responder, mas aquilo que ele tinha escrito fora com base numa pergunta que este remeteu ao governo, subscrita por um conjunto de deputados e do qual ele não fazia parte. Em relação à CELTEJO, se verificarem todas as audições, esta era citada por muita gente, talvez por ser a de maiores dimensões seja a mais referenciada, mas não a tinham citado, tinham era falado em *cluster* e que sabia não existia cá só uma empresa ligada ao papel e era evidente que se esta empresa estiver em incumprimento a lei teria que ser cumprida. Achava que o Ministério do Ambiente e a legislação ambiental tinha que ser eventualmente um pouco mais apertada e teria que haver mais controlo e teria que se



adaptar e ter algum cuidado, às condições variáveis do rio. Não venham aqui acusá-lo de atacar ou falar de uma empresa ou de ter falado na assembleia da República, pois isso fora suscitado no debate, em parte pelo Presidente deste Órgão que, aparentemente, quer intervir no mesmo e intervindo e fazendo um conjunto de interpretações, levava que o debate fosse neste sentido. A Moção era pacífica, esta bancada tinha-se absterido em relação à Moção de apoio Sr. Presidente da Câmara Municipal, apesar de também terem a sua opinião e eventualmente algumas objeções, mas tinha que existir um sinal claro de que havia um problema e independentemente das diferenças que tinham, teriam que fazer tudo para que a imagem e os danos irreparáveis que causaram ao nome "Ródão", no futuro, as nossas gentes e este território não fossem penalizados. -----

----O membro Luis Andrade referiu que o membro Carlos Gonçalves estava muito interessado em defender os problemas de Vila Velha de Ródão mas esquecera-se de frisar que o deputado Duarte Marques dissera num programa de televisão que fora tomar banho a Cedilho e a água estava limpa. Na sua opinião era chocante aquilo que o senhor Arlindo Marques publicava no *faceboock* a denegrir este concelho na pessoa do seu Presidente da Câmara Municipal. -----

----O membro Vitor Marques disse que relativamente à poluição do Tejo, o próprio tema estava mergulhado em especulações vindas de todos os lados e também de aproveitamentos políticos e o facto é que estava muita gente a querer fugir ao problema, com a exceção desta Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente. Relativamente à Moção apresentada pela coligação "novo Rumo", parecia-lhe de facto, que era bastante generalista e convidava esta bancada a apresentar soluções concretas relativamente à diversidade da indústria e para as restantes freguesias do concelho. -----

---- O membro Luis Coutinho disse que lhe parecia que os membros da bancada socialista queriam omitir que havia um problema de poluição em Vila Velha de Ródão, mas o facto é que estávamos todos juntos nesta situação e ficara claro que ninguém estava a dizer que o problema era só de Ródão, parecia que não se podia falar da CELTEJO, de fotografias ou de cidadãos que levantavam problemas, queria era que os cidadãos se manifestassem e era claro que as pessoas não eram perfeitas e todos erravam e diziam disparates, mas também diziam coisas certas e quando começarem a participar mais nos temas importantes e a exercer a sua cidadania, obviamente que as coisas poderiam melhorar. Não estava a ver problemas onde estavam a tentar arranjá-los e era um facto que havia poluição nesta vila e que era bom ter industria, mas tudo isso traria problemas, daí que fosse importante a preservação ou reposição, sempre que possível, dos ecossistemas e dos equilíbrios entre empresas e a natureza. O que aqui foi apresentado foi a importância de se debater o problema e de alertar não só para os problemas de poluição do rio, mas também para a atmosférica e do ruído, das monoculturas, da diversidade das industrias para que estas não se prejudiquem entre si e tudo isto era importante, não poderíamos ser limitados e era bom que houvesse troca de opiniões.-

---- O membro Ricardo Morgado disse que se o objetivo era discutir o problema com seriedade, na verdade fora mencionada uma empresa e referenciada uma pessoa, o que lhe parecia no mínimo irresponsável e enveredar-mos por populismos, demagogias e aproveitamento politico, isso sim era o caminho que tem sido feito e isso não poderiam aceitar.-----

---- O membro Miguel Fradique, dirigindo-se ao membro Carlos Gonçalves, referiu o artigo publicado no jornal "Expresso", de



06/02/2018, por parte do deputado Duarte Marques, em que este fazia um ataque cerrado ao Sr. Presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, considerando que o que este deputado chamou ao Presidente da Câmara um ato de cobardia. Lembrou também que desde que é membro deste Órgão, praticamente em todas as sessões desta Assembleia, se falou e debateu o problema da poluição. Disse que concordava com a Moção apresentada pela coligação "Novo Rumo", exceto com o parágrafo onde era referido o nome do senhor Arlindo Marques, porque este tem denegrido o concelho de Vila Velha de Ródão e estávamos aqui para defender as pessoas deste concelho. -----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, Joaquim Vaz, disse que não tinha omitido que havia poluição em Vila Velha de Ródão, trabalhara 32 (trinta e dois) anos na então PORTUCEL e a poluição no Tejo, para ele, não era novidade. Não compreendia era porque é que só agora se falava tanto da poluição em Vila Velha de Ródão. Era normal que existissem no fundo do rio os detritos que foram mostrados, sendo uma fábrica com esta dimensão a descarregar os seus efluentes para o rio durante quase 50 (cinquenta) anos e com a água parada devido à barragem do Fratel, pela pouca chuva que não ajudava a renovação da água e ao caudal cada vez mais diminuto, era natural que esses detritos estivessem acumulados no fundo. Lembrou também que do lado do Alentejo os efluentes das queijarias de Nisa e Tolosa, possivelmente, também desaguavam no Tejo. Em relação à espuma, dizia-se surpreendido porque é que a mesma só aparecia em Abrantes, porque se a mesma era derivada dos efluentes da fábrica, a água do rio ao ser batida na barragem do Fratel também deveria formar espuma, bem como à saída do tudo do efluente aqui nesta vila. Disse também que concordava com a moção, mas não concordava com a referência feita ao senhor Arlindo Marques,

questionando se na perspectiva dos membros da bancada da coligação "Novo Rumo", as pessoas que têm estado à frente dos destinos do concelho não têm feito e debatido o suficiente para resolver a situação.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que o deputado Duarte Marques já fora citado várias vezes, mas ele não era o seu colega e sendo membro desta Assembleia Municipal, houve um conjunto de iniciativas que foram tomadas que poderia ter subscrito mas não o fez, porque cada um tinha o seu combate e ele tinha uma forma de estar muito particular. Tinha estado numa audição na Assembleia da República e aquilo que ouvira também se podia referir a outro concelho, mas também responsabilizou Vila Velha de Ródão, nunca citando, mas de uma forma que toda a gente na sala acabou por perceber. Era preciso perceber que o ambiente era hoje um tema, sobre tudo para os mais jovens, que tinha muita importância e havia imensas situações em que movimentos ambientalistas, em muitos sítios do mundo, conseguiram, de um dia para o outro, transformar um não caso num caso de grande gravidade e com empolamento nacional. Por isso, a partir de hoje e apesar de todas as medidas que vierem a ser tomadas, muito dificilmente Vila Velha de Ródão deixará de estar em destaque dos ambientalistas. Compreendia quando se dizia que Vila Velha de Ródão era o bode expiatório, porque em parte até era, porque o resto não tinha informação suficiente para categoricamente acusar alguém, o problema é que este é um tema que toca na opinião pública e que a comunicação social pegava com muita facilidade porque vendia. A questão da espuma de Abrantes foi apenas o momento para despoletar um debate que já vai longo e que permitiu verificar que até o próprio Ministério do Ambiente e as diferentes entidades que devem zelar pelo cumprimento de um conjunto de



normas, ponderam a possibilidade de adaptar essas normas a realidades novas e uma delas estava relacionada com o caudal do rio, porque a realidade que conheciam há uns anos atrás não é a realidade que nós conhecemos. O Tejo não era só Vila Velha de Ródão, era um bem essencial destes territórios, a fixação das pessoas foi feita aqui porque havia o Tejo e tínhamos que zelar por isso e o seu grande receio é que a imagem desta vila associada à poluição acabe por penalizar ainda mais o concelho e um conjunto de produtos no plano local. Era evidente que não eramos um Município com a dimensão de outros que tinham a capacidade de se defender e de intervir e não havendo solidariedade na mesma área política as coisas tornavam-se mais complicadas e tinha que se fazer algo. Em referência á intervenção do membro Vitor Marques disse que eram 4 (quatro) elementos assumiram funções há poucos meses, a maioria estava há 16 (dezasseis) anos na governação, portanto havia um conjunto de políticas que foram tomadas há 16 (dezasseis) anos pela atual governação da câmara e se lhe estava a pedir a ele para apresentar medidas alternativas de imediato, ficava surpreendido e devolvia-lhe a pergunta, então porque é que não tiveram algo alternativo durante 16 (dezasseis) anos. Lembrou que este membro era das Sarnadas de Ródão, era uma freguesia encostada ao concelho de Castelo Branco, não tinham problemas de poluição, tinha um potencial no território que lhe parecia importante, inclusive na última assembleia discutiu-se aqui, em termos de orçamento, que tinha que haver mais investimentos fora da sede do conselho, para combater este problema, mas isso era uma decisão de quem estava à frente do Município. Honestamente, não percebia esta ligação a vários níveis, em relação à CELTEJO que não beneficia sequer a imagem da empresa, mas sobretudo, associa-nos sempre que se entra

na defesa direta de uma empresa citando-a, estávamos a identificar para aqueles que querem criar um facto politico, que havia uma empresa que realmente era incumpridora. Compreendia o facto de não concordarem com o parágrafo referido, mas era bom existir algum consenso nesta matéria.-----

---- O membro Luis Coutinho disse compreender perfeitamente a intervenção do membro Joaquim Vaz no sentido de que a então PORTUCEL teve um papel importante no concelho, mas com o passar dos anos as circunstâncias foram sendo diferentes e não queriam ter um rio que, por este andar e com o problema dos caudais e das alterações climáticas, se transforma-se num esgoto e que queriam contribuir para a recuperação dessa situação, mas teria que haver desde já o empenho de todas as entidades. Disse também que as suas conclusões se baseavam nos relatórios emanados pelas várias entidades e não tinham nada contra ninguém, mas queriam ter o maior número de elementos e que era importante que os cidadãos comesçassem a ser mais ativos.-----

---- O membro Luis Andrade disse que era com agrado que constatava que em relação á defesa de Vila Velha de Ródão e do Rio Tejo todos estavam de acordo. Mas recordou que a defessa do rio começava na sua nascente e que logo após esta havia um transvase que desviava grande parte do seu caudal para o sul de Espanha e pouco antes de Toledo desaguava no Tejo o Rio Jarama, proveniente de Madrid, com toda a poluição produzida por 12.000.000 (doze milhões) de pessoas e que metia mais água no Rio Tejo do que aquela que ele levava, por isso, quando se queria defender o Tejo, ter-se-ia também que falar nestas situações. Concordava com a Moção desde que retirassem a referência ao senhor Arlindo Marques.-----

---- O membro Ricardo Morgado disse que já á algum tempo que se



estava a fazer este debate mas ainda não ouvira por parte dos membros da coligação "Novo Rumo" nenhuma medida concreta e reforçou que há muito que o assunto vinha aqui sendo debatido e que o Executivo, numa atitude de antecipação, iria colocar 3 (três) sensores no rio com monitorização contínua do mesmo e que qualquer pessoa em tempo real teria acesso à mesma. -----

---- O membro Luis Coutinho disse que a Moção também referia que o problema do Rio Tejo era da sua nascente à foz e era óbvio que o problema começava em Espanha, mas estava-se a debater a situação em Vila Velha de Ródão. Em relação à referência ao senhor Arlindo Marques esta era feita no âmbito de o dar como exemplo dos cidadãos que se manifestam, mas não o estavam a citar. Na verdade os sedimentos iriam ser retirados do rio e iria-se fazer a sua monitorização, mas tudo isso tinha custos e os erros pagavam-se e quem os pagava eram os cidadãos. -----

----O membro Ricardo Morgado disse que era evidente que os sedimentos existiam desde á muitos anos atrás, mas se os vão retirar agora, deveríamos estar contentes e congratularmo-nos por isso. -----

----O membro Luis Andrade disse que, segundo sabia, o senhor Arlindo Marques tinha nascido nas Mouriscas e residia na zona do Entroncamento e nessa zona, há pouco tempo, tinha sido encerrada uma fábrica de óleos que debitou durante largos anos esses óleos para o Rio Tejo e este senhor não falava disso, ou seja, ele não defendia o Tejo, ele tinha comprado uma guerra com a CELTEJO. -----

----O membro Carlos Gonçalves reforçou que, se assim o entendessem, colocar-se-ia a votação a Moção sem a parte que se referia ao senhor Arlindo Marques, porque verificava que esta era uma questão polémica. -----

---- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que se o problema fosse de fácil resolução não era um tema recorrente de discussão em todas as sessões, sem exceção, nos últimos 2 (dois) mandatos e nos últimos 2 (dois) anos passaram por cá todas as entidades estatais e o problema não se resolveu e o facto é que durante este período tinha mudado o Ministro do Ambiente e continuava tudo na mesma. Mais disse que a Presidente de Câmara a que o membro Carlos Gonçalves se tinha referido era a autarca de Abrantes, onde existia uma ETAR que toda a gente sabia, mas não conseguia provar, que não estaria nas melhores condições, mas também não vira ninguém no Parlamento a falar sobre isto e ela, mais do que uma vez, disse publicamente que o problema era em Vila Velha de Ródão. Havia nesta vila uma empresa que toda a gente sabia que poluía, tendo inclusive sido encerrada pela CCDRC, mas o Tribunal de Castelo Branco, através de uma providência cautelar, mandou reabrir a empresa e isso tinha que ser frisado. O papel do Presidente da Câmara Municipal que não tinha escrutínio sobre as empresas nem passava licenças ambientais, não era fácil, o dos munícipes que cá viviam e levavam com a poluição, era o mais difícil e o das pessoas que criticavam tudo isto, era o mais fácil. Na sua opinião, deveríamos unirmo-nos e ajudar o Presidente do executivo na continuação da defesa de Vila Velha de Ródão, mas não havia dúvida que haveria sempre aproveitamento político de todos os quadrantes. Tanto assim que, infelizmente, ouvira hoje nesta sala, uma insinuação de que poderia haver pessoas coladas à CELTEJO, fazendo de seguida uma declaração de interesses pessoal, dizendo que nunca tinha trabalhado, não tinha nenhum familiar direto a trabalhar e nem tinha nenhuma relação com esta empresa e muitas das pessoas aqui presentes também não tinham qualquer relação com a mesma e uma



coisa era fazer afirmações explícitas, que não estavam no documento, mas era um facto indesmentível que implicitamente, estava lá. Concorde-se ou não com a CELTEJO, mudemos ou não o paradigma da industrialização em Vila Velha de Ródão, tínhamos que respeitar aquilo que cá tínhamos e isso só se resolvia de uma forma muito pragmática que era haver um equilíbrio entre aquilo que era o desenvolvimento industrial, que cá existia à quarenta ou cinquenta anos e aquilo que era o ambiente. As medidas terão que ser tomadas por quem de direito e o governo e o Ministro do Ambiente teriam que fazer o seu papel e assumir que este era um problema do seu ministério e ajudar a resolvê-lo e era isso que deveríamos todos unidos fazer ver ao nosso governo e a quem tutela estas situações.-

----O membro Carlos Gonçalves referiu que o Presidente deste Órgão tinha dito que audição realizada na Assembleia da República, ninguém tinha feito perguntas à Presidente da Câmara de Abrantes, dizendo que esta autarca tinha feito algo que ele não estava habituado a ver que foi sair antes do final do debate, quando o Presidente deste executivo falou ela já tinha saído da sala. Disse também para ouvirem a gravação desta audição na íntegra para verificarem quem é que fez as referências de ataques diretos à empresa CELTEJO. Mais disse que a Moção nunca citava esta empresa e ficava muito surpreendido que cada vez que se falava de poluição toda a gente referia esta empresa. Tinha que encarar a questão da poluição no seu todo e se havia empresas mais responsáveis porque tinham mais produção e estavam cá há mais anos, competia ao Governo e às entidades obriga-las ao cumprimento da Lei. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento de todo este debate, disse que seria interessante e se assim o entendessem, lerem uma publicação do "Expresso online" de 14/02/2018 do Daniel

Oliveira, porque na sua opinião estava lá expresso muita coisa do que aqui tinha sido dito.-----

---- Foi colocada a votação a Moção apresentada pela bancada do Partido Socialista, tendo sido aprovada com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções.-----

---- Foi colocada a votação a Moção apresentada pela bancada da Coligação "Novo Rumo", tendo sido aprovada com 4 (quatro) votos a favor e 15 (quinze) abstenções.-----

**---- 2-Eleição de representantes das Freguesias na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----**

---- O membro Luis Andrade disse que esta bancada socialista propunha que se mantivesse o nome do membro Joaquim Pereira Vaz, como membro representante nesta Comissão, em conformidade com a votação realizada na última sessão deste Órgão.-----

---- Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do nº1 do artigo 3º-D, da Lei nº76/2017, de 17 de agosto, foi deliberado por unanimidade, eleger 1 (um), representante para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de Vila Velha de Ródão, tendo sido aprovado por unanimidade a eleição do Sr. Joaquim Pereira Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Perais.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**---- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais;-----**

---- Não havendo intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e Júlia Cristina Marchão Ceia, em conformidade com a alínea a) do nº1 do



artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão ao Orçamento de Despesa, no valor de 93.000,00€ (noventa e três mil euros), a 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, com um aumento de 70.000,00€ (setenta mil euros) e uma diminuição de 79.000,00€ (setenta e nove mil euros) e a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 31.000,00 € (trinta e um mil euros). -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação à alteração ao Mapa de Pessoal;** -----

----O membro Maria José Sobreira questionou se esta alteração estaria relacionada com o programa de combate ao insucesso escolar e o membro Ricardo Morgado solicitou mais informação sobre se já se encontrava refletido neste documento a regularização e a integração dos trabalhadores precários. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por saudar todos os presentes, referindo em seguida que houve necessidade de fazer um ajustamento ao Mapa de Pessoal apresentado e aprovado na última sessão deste Órgão, porque, em relação à primeira questão, disse que devido ao programa de combate ao insucesso escolar, que inicialmente a autarquia pretendia fazer a contratação nos quadros a termo certo, mas dada a morosidade da aprovação deste programa e dos procedimentos consequentes, entendeu o executivo, em conformidade com a maioria das Câmaras Municipais que tiveram este programa aprovado, recorrer ao regime de prestação de serviços aliviando um pouco a carga burocrática e a morosidade que lhe estava associado. Relativamente à segunda questão disse que devido à alteração feita no final do ano que veio estender às autarquias a possibilidade de integrar nos seus quadros, as pessoas que ao longo

dos últimos 3 (três) anos, estavam abrangidas pelos contratos de inserção, em colaboração com o Centro de Emprego, aqueles que estavam em estágio e outros que estivessem noutra situação e que estivessem nos quadros da autarquia num determinado tempo e além disso perfazerem um ano e corresponderem a necessidades permanentes dos serviços, poderiam ser integrados na Câmara Municipal. Depois de analisados todos estes parâmetros, o ajustamento que agora se propõe corresponde às necessidades permanentes dos serviços e à consequente abertura de concursos específicos para essas pessoas.-

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado, ao abrigo da alínea o) do nº1 do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o artigo 29º e 30º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, aprovar por unanimidade a estrutura de Mapa de Pessoal, com a extinção e a inclusão dos postos de trabalho para regularização extraordinária dos vínculos precários, de acordo com a Lei n.º112/2017 de 29 de dezembro e segundo orientações da ANMP e da DGAL, bem como os gastos com os novos postos de trabalho para o ano de 2018, conforme minuta nº029/2018, de 09/02/2018 e minuta nº040/2018, de 23/02/2018, da Câmara Municipal, que ficam arquivadas junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **5- Apreciação, discussão e eventual aprovação Nomeação do Revisor Oficial de Contas (ROC);**-----

---- Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado, por unanimidade, ao abrigo do nº1 do artigo 77º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, autorizar a Câmara Municipal, à nomeação da firma *PALM-Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda.*, para auditor externo no âmbito da certificação legal de contas do Município, pelo valor total de 17.988,00€ (dezassete mil novecentos



e oitenta e oito euros), para o período de quatro anos, em conformidade com o deliberado na reunião do executivo, realizada em 23/02/2018, na redação da minuta n.º042/2018, que fica arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**----6- *Apreciação, discussão e eventual aprovação de Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Perais;* -----**

----Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Perais para a exploração da concessão de pesca na albufeira da Coutada/Tamuçais, ao abrigo do disposto no artigo 131.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e nos termos do documento apresentado e aprovado na reunião do executivo realizada em 09/02/2018, e que serão rubricados pelos membros da mesa e ficaram arquivados junto aos documentos presentes nesta sessão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**----7-*Apreciação, discussão e eventual aprovação alienação do Complexo Turístico "Portas de Ródão";* -----**

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, à solicitação do membro Fernando Roma, recordou que que tinha sido deliberado anteriormente por este Órgão a venda deste imóvel pelo preço base de 550.000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros), tendo sido feita uma hasta pública amplamente divulgada a nível local e nacional e havia inclusive alguns investidores que tinham manifestado interesse na sua aquisição, mas dado ao estado de vandalização em que este imóvel foi entregue à autarquia e que era do conhecimento geral, levou a que o mesmo sofresse uma depreciação acentuada do seu valor. Assim, o agora proposto era reduzir o preço base do mesmo,

tornando-o atrativo para os investidores, fazendo um modelo misto de venda, isto é, serão ponderados o preço base oferecido e o investimento que será feito, tendo também o cuidado de avaliar o projeto a apresentar pelo investidor e que deverá ter em atenção a finalidade e valorização estratégica daquele espaço. Estava também previsto uma garantia bancária para assegurar que o investimento era realizado, mas se não se concretizar penalizar o comprador em caso de incumprimento.-----

---- O membro Carlos Gonçalves questionou se o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento de algum investidor que eventualmente tenha mostrado interesse na aquisição deste imóvel.-

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que tinham sido manifestadas várias intenções de investimento por parte de investidores ligados ao turismo, mas chegado o dia logo se veria se este interesse se concretizará. O caderno de encargos fora feito para responsabilizar o comprador no investimento a que se propunha fazer e isto, de facto, poderá afastar algumas pessoas, mas era preciso ter algum cuidado no tipo de comprador que irá adquirir este imóvel e que poderá apresentar um projeto muito interessante, mas que não corresponderia aquilo que se pretende fazer e saírem goradas as nossa expectativas. Daí ter-se associado uma garantia bancária que poderá afastar alguns investidores, mas os que concorrerem tendo por base este caderno de encargos, de certeza que cumprirão aquilo a que se propuserem perante a Câmara Municipal.--

---- O membro Ricardo Morgado disse que esperava que fosse desta vez que esta situação ficasse resolvida, pois este era um processo que se vinha arrastando há muito tempo e com grande esforço por parte da autarquia em investir e tornar digno um espaço situado numa zona privilegiada da nossa vila.-----



----Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado por unanimidade, em conformidade com a alínea i) do n.º1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a Câmara Municipal a alienar o Complexo Turístico de Vila Velha de Ródão (alojamento local, restaurante, bar e campos de ténis), por proposta em carta fechada e com as condições de venda, aprovadas na reunião do executivo realizada em 09/02/2018, que serão rubricadas pela mesa e ficarão arquivadas junto aos documentos presentes nesta sessão. ---

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**----8-*Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*** -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n.º1, a situação financeira, reportada à data de 23 (vinte e três) de fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 830.531,00€ (oitocentos e trinta mil, quinhentos e trinta e um euros), dos pagamentos efetuados de 467.358,59€ (quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito euros, e cinquenta e nove cêntimos) e do saldo reportado a 16/02/2018 de 3.431.904,87€ (três milhões, quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e quatro euros, e oitenta e sete cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 158.878,97€ (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e oito euros, e noventa e sete cêntimos) e no n.º2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais. -----

----O membro Ricardo Morgado manifestou o seu agrado pelas ótimas

instalações da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão e pelo pessoal que lá trabalha, porque se queríamos um concelho próspero, com mais habitabilidade e jovens, também teríamos de cuidar dos mais idosos e na sua opinião estava-se no bom caminho para que isso fosse uma realidade.-----

---- O membro Luis Andrade solicitou mais informação sobre o investimento habitacional que estava previsto para a Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão.-----

---- O membro Fernando Roma solicitou informação sobre a evolução do problema com prédios degradados existentes na Rua de São Pedro, em Sarnadas de Ródão.-----

---- O membro Carlos Gonçalves questionou, no seguimento do investimento que o executivo iria realizar na Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão, se este tinha algumas perspetivas para efetuar investimento idêntico nas outras freguesias do concelho, com vista à atração de pessoas para esse territórios, tendo em conta a sua posição geográfica e a problemática da poluição nesta vila, podendo assim, estes, tornarem-se atrativos para os mais jovens. Por terem chagado ao seu conhecimento alguns reparos de pessoas, nomeadamente da freguesia de Sarnadas de Ródão, mas também de outras localidades, pela falta de caixas multibanco, que só existem em Vila Velha de Ródão e Fratel, sendo a população das freguesias maioritariamente idosa, pensa que seria benéfico para a população e para as atividades comerciais aí existentes, que, de alguma forma, a autarquia proporciona-se que cada freguesia tivesse uma caixa multibanco.-----

---- O membro Luis Coutinho, em relação à obra de beneficiação da estrada municipal que liga a Estrada Nacional 18 (dezoito) à localidade de Salgueiral, disse que o desnível entre esta via e os



acessos à mesma era muito acentuado necessitando de reparação e também durante a obra foram destruídas várias "aramadas" e apesar de ter sido dito que seriam repostas, até à data ainda nada fora feito, questionando se estava previsto alguma intervenção neste sentido. Em relação à campanha para a prevenção de incêndios e sabendo que não era um assunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, manifestou a sua apreensão e alertou para a forma como essa campanha estava a ser difundida, deixando as pessoas apreensivas com a ideia do corte indiscriminado de árvores, parecendo-lhe que esta divulgação não será a mais correta. -----

----O membro Carlos Gonçalves, no seguimento de todas as intervenções e debates sobre a poluição, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se este tinha mais alguma informação relevante sobre a evolução deste problema. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, referindo-se ao projeto da Quinta da Torre, disse que este orçava quase os 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) e que o concurso público fora lançado em novembro, mas com a apreciação do mesmo pelos candidatos e com solicitações várias de esclarecimentos por parte de alguns deles, atrasou este processo, prevendo que a abertura das propostas no próximo dia 27/02/2018, seguindo-se todo o processo administrativo inerente ao mesmo e como necessitava do visto do Tribunal de Contas, pesava que no final do mês de abril ou princípio do mês de maio estar-se-ia em condições de iniciar a obra. Em relação aos prédios degradados, disse que este era um trabalho que a autarquia vinha a desenvolver há já alguns anos, nomeadamente na aquisição de alguns prédios, na demolição de outros, tendo muitos proprietários feito as respetivas intervenções. No entanto, a autarquia tem vindo a intensificar junto dos proprietários, em especial dos casos mais

problemáticos, como por exemplo em Sarnadas de Ródão, Tostão, Perdigão e Vale do Homem, que estes procedam em conformidade, fazendo vistorias e informando-os do resultado destas, podendo estes contestar o resultado das mesmas e se o fizerem, entra-se num processo de litigio, que atrasava todo este trabalho. Se estes não fizerem as devidas intervenções, a autarquia, após avaliação, notifica os mesmos que a autarquia irá substituir-se a estes e informando-os do valor das obras e executa-as, por aqui se verifica a morosidade deste processo burocrático que exige muito esforço por parte dos Serviços Técnicos desta Câmara Municipal, mas estava a ser feito e com resultados que considera positivos. No que dizia respeito à extensão do programa de habitação às restantes freguesias, disse que a Autarquia tem tido essa preocupação, com a urbanização e venda de lotes a preços simbólicos e construção de fogos e venda dos mesmos e isso já fora feito em Vila Velha de Ródão, Sarnadas de Ródão e Fratel. Obviamente que tendo pela frente um projeto com a envergadura do da Quinta da Torre, tirava alguma capacidade operativa e financeira para estender este tipo de projeto às outras freguesias. De qualquer forma estava-se a trabalhar nesse sentido, havendo inclusive um projeto a ser feito para Fratel, que tinha prioridade devido à procura nesse sentido para esta freguesia, reconhecendo o potencial de fixação de população que Sarnadas de Ródão representava e que a par com Perais seriam freguesias em que a autarquia iria certamente fazer loteamentos e vender os lotes à medida que esta tenha capacidade operativa e financeira para o fazer. O problema da falta de caixas multibanco era recorrente por todo o concelho fruto da redução dos serviços por parte das instituições bancárias, existindo apenas duas em Vila Velha de Ródão e uma em Fratel, esta mantida devido a



um esforço significativo pela respetiva Junta de Freguesia, tendo a autarquia feito contactos junto dos bancos com os quais tem algum relacionamento para colmatar esta situação, bem como colaborar com os Presidentes das Juntas de Freguesia, se estes assim o entenderem, para a implementação de um serviço importante e de proximidade à população. Referindo-se às obras de beneficiação da estrada do Salgueiral, disse apenas ter conhecimento de um problema com um proprietário na reposição de uma vedação, pensando que estará em fase de resolução ou até já esteja resolvido, no entanto iria informar-se das situações referidas. Em relação à poluição, disse que esta questão já tinha sido amplamente aqui debatida e aquilo que sabia era o que fora admitido pelo Sr. Ministro relativamente a esta matéria e à identificação do fenómeno que ocorrera em Abrantes, derivado aos sedimentos acumulados e que tentara perceber o que é que se iria fazer em relação a esta matéria. Mais disse que, o Ministério do Ambiente estava muito empenhado em implementar soluções, estando já a proceder à remoção desses sedimentos do rio, tendo inclusive solicitado a colaboração da autarquia no sentido de selecionar um local para depósito dos mesmos para posterior remoção. Os locais que primeiramente foram indicados não mereceram aprovação da autarquia porque considerara que a sua localização não salvaguardava a devida distância em relação ao aglomerado populacional. No entanto fora já identificado pela Câmara Municipal um terreno que lhe parecia oferecer as condições para esse depósito, estando-se a tratar com o proprietário a eventual cedência do mesmo, reforçando que a autarquia estava a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério do Ambiente no sentido de se tentar resolver esta situação o mais rápido possível. Quanto à campanha para a prevenção

dos incêndios, a legislação sofreu algumas alterações significativas transferindo para as autarquias, numa segunda fase, a responsabilidade de intervenção em caso de incumprimento dos proprietários dos terrenos. O Gabinete Florestal da autarquia já fizera um levantamento exaustivo de todas as faixas de proteção que terão que ser intervencionadas verificando que a mesma ascendia a cerca de 273 (duzentos e setenta e três) hectares, tendo referido em seguida, dando como exemplo da limpeza de um terreno adquirido pela Câmara Municipal, que esta era uma tarefa hercúlea, caso o município tenha que efetuar esta intervenção em toda a área identificada. Mais disse que o SEPNA já tinha feito sessões de esclarecimento em todas as freguesias, mas a autarquia, além de toda a divulgação institucional, iria estabelecer um calendário para que se desloquem a todas as localidades do concelho um técnico da Câmara Municipal, um elemento dos Bombeiros e um elemento do SEPNA, para sensibilizar os proprietários para a importância de efetuarem esta intervenção.-----

---- **9-Outros assuntos de interesse para o Município;**-----

---- O membro Ricardo Morgado solicitou mais alguma informação sobre o plano de reflorestação do espaço ardido no nosso concelho, no último verão.-----

---- O membro Maria José Sobreira deu os parabéns ao executivo pelo novo espaço desportivo, pelas excelentes instalações, equipamento e técnicos, esperando que todos os rodenses possam vir a usufruir do novo ginásio.-----

---- O membro Fernando Roma começou por dar os parabéns ao executivo pela iniciativa da marca "Terras de Oiro" que vem engrandecer o nome de Vila Velha de Ródão, tendo lido um excerto de um texto sobre o garimpo, que pensa que se adequava a esta nova



realidade. Questionou em seguida o Sr. Presidente da Câmara Municipal porque é que a empresa PAPER PRIME tinha pedido a isenção do pagamento de uma taxa no valor de 15,00€ (quinze euros), para renovação da ocupação da via pública com tubos subterrâneos. -----

----O membro Maria Leonor Aragão, referindo-se à dificuldade que as pessoas que vinham trabalhar para o concelho em arranjar alojamento, em parte porque não haver divulgação dos proprietários dos imóveis para alugar e também porque essas pessoas não sabem onde procurar, o que leva a que as mesmas venham para Castelo Branco, se não haveria forma de se fazer algo para que essa divulgação fosse feita. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal referindo-se à questão do reflorestamento, disse que, na última sessão tinha referido que o município tinha feito uma candidatura nessa área que orçava um valor de cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) e que fora feita de acordo com as regras então estabelecidas, entretanto foi publicada uma Portaria à posteriori que alterava algumas dessas regras e penalizava fortemente as candidaturas já apresentadas, tendo inclusive o executivo contestado em sede de audiência prévia esta situação, estando assim à espera de uma resposta, mas antevia-se uma redução significativa dos montantes para todos os municípios que já tinham apresentado as mesmas, tendo em conta as alterações entretanto introduzidas. Em relação à isenção do pagamento da taxa referida, vinha no seguimento de uma clausula constante do Protocolo celebrado com esta empresa e que a mesma acionou. Quanto à falta de alojamento, disse que era um problema efetivo que existia nesta vila e por isso a autarquia, além do investimento que estava a realizar, estar a trabalhar no sentido de atrair e promover a iniciativa ao investimento de privados nessa área,

informando que também fora feito uma base de dados com base numa recolha a nível concelhio de casas desabitadas e com condições de habitabilidade para tentar fazer a ligação entre a oferta e a procura, mas a realidade é que a oferta era muito menor à procura.-

---- O membro Maria Leonor Aragão disse se não seria possível criar uma plataforma informática no sentido de centralizar toda a informação, fazendo a ponte entre os proprietários e os interessados, que fosse de fácil utilização, permitindo uma rápida informação da procura e oferta, tendo o Sr. Presidente respondido que neste momento o problema era mesmo a falta de casas.-----

---- **10- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;**-----

---- A munícipe Graça Passos, referindo-se à questão da campanha de prevenção de fogos, agradeceu o esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, mas disse que este só se tinha referido a áreas, quantidades e cortes, tendo verificado que no bosque da Achada, sito nesta vila e onde em tempos tinha feito um levantamento de invertebrados e plantas herbáceas, tinha sido tudo cortado, logo, tudo aquilo que poderia ser uma atração turística neste trilho, desaparecera completamente e a destruição iminente de arbustos e árvores que arrastavam consigo toda uma multiplicidade de espécies estava a transtornar muitos cidadãos a nível nacional. Referindo-se ao folheto distribuído, este só falava em cortar e isso era um dos problemas desta campanha, mas havia toda uma variedade e biodiversidade que era uma das riquezas do concelho e do país que era preciso preservar e gostava de saber se em termos de biodiversidade, havia essa sensibilidade, pois estávamos a delapidar um recurso que não voltava. Era claro que teria que se proceder a uma série de medidas para fazer essa prevenção, mas



chamava a atenção para não se destruir um recurso que era precioso para todos. Continuou, dizendo que na Assembleia Municipal de junho de 2017 (dois mil e dezassete) tinha perguntado qual a resposta a uma carta feita por um conjunto de cidadãos, em um de março de dois mil e dezassete, onde fazia uma série de perguntas sobre a CENTROLIVA, nomeadamente, se a autarquia tem conhecimento do que é que está a ser incinerado nesta empresa. Como estávamos numa situação de seca extrema, questionou se a autarquia já tinha medidas ou estava a pensar criar medidas para fazer face a esta situação. Questionou também se existia algum plano para fazer frente a um eventual acidente na Central Nuclear de Almaraz. Congratulou-se com a forma clara com que foi debatido o problema da poluição, assumindo que havia um problema de poluição em Vila Velha de Ródão o que obviamente era um primeiro passo para a sua resolução e congratulou-se também pela aprovação de uma Moção que propõe uma reflexão aprofundada sobre este tema para se encontrar outras soluções. -----

----O munícipe Joaquim Barata Branco, em relação à faixa de gestão de combustível, disse ser proprietário de um terreno que se situava nessa área e apesar de já ter tentado contratar alguém para executar esse trabalho não o tinha conseguido, por isso, gostaria de saber se a autarquia tinha previsto fazer esse trabalho e qual o custo do mesmo, visto que era proprietário de um outro terreno sito num outro concelho e já sabia qual o valor dessa intervenção feito pela respetiva autarquia, caso ele não procedesse á sua limpeza.--

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em relação à limpeza das faixas de gestão de combustível, respondeu que mesmo a autarquia tivesse capacidade financeira para o fazer não havia equipas, nem próprias nem no mercado, para o fazer, ou seja, não havia

capacidade instalada para cobrir toda esta área e a autarquia também não iria dizer aos proprietários para não fazerem a limpeza que ficava mais barato a Câmara Municipal fazer o serviço e eles depois pagarem ao município. Os proprietários tem que fazer esta intervenção, mas se o não fizerem, a autarquia já tem identificadas as áreas que oferecem mais perigosidade e, em conformidade com a Lei, irá notificar os respetivos proprietários e se estes mesmo assim não fizerem a respetiva limpeza, então proceder-se-á ao lançamento dos concursos para intervencionar esses terrenos e depois ser-lhes-ão apresentados os respetivos custos. Em relação à forma como era feita a intervenção nestas faixas esta estava a ser feita em conformidade com o que estava legislado, mas poderia verificar que houvera a preocupação de não fazer uma limpeza rasa do terreno, as espécies existentes foram mantidas, tentando que houvesse uma articulação entre a preservação das mesmas e a defesa da floresta contra incêndios. Relativamente à carta referida pela munícipe Graça Passos, disse que depois da receção da mesma, houve um conjunto de circunstâncias que eram públicas, bastante elucidativas da intervenção da autarquia, achando que não fazia sentido responder à mesma pois achava que as questões aí colocadas ficaram esclarecidas com estas intervenções.-----

---- A munícipe Ana Rita Cardoso que aquando da sua intervenção na última sessão desta Assembleia tinha falado sobre o planeamento e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o planeamento não era importante, mas como o membro Maria Leonor Aragão falou sobre a habitação jovem, propunha-lhe que repensasse e planeasse sobre este assunto, não só a nível de grandes moradias ou que estas fiquem a preços mais baixo, mas como fizeram a requalificação de alguns prédios, utilizar o mesmo principio mas vocacionado para o



arrendamento jovem, possibilitando assim que na mesma habitação possam ficar mais do que um jovem e assim dar resposta a mais pessoas, ficando mais barato aos mesmos e dessa forma cativá-los para se fixarem no nosso concelho. Referiu em seguida que sendo as reuniões públicas da Câmara Municipal realizadas às 14:00h (catorze horas) como é que uma jovem ativa como ela, empenhada no seu concelho, poderia assistir às mesmas, questionando se não seria possível que algumas dessas reuniões se pudessem realizar mais tarde e assim tentar trazer mais jovens a assistir às mesmas com o intuito de os empenhar no nosso território que está a ficar cada vez mais pobre de pessoas. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que se recordava dessa intervenção e que talvez não tivesse entendido a resposta que tinha dado, mas de certeza que não tinha dito que o planeamento não era importante uma vez que ele era feito todos os dias e o que tinha dito era que havia uma preocupação em realizar muitos estudos e que depois não serviam para nada, porque o que era importante era dar respostas concretas às pessoas e em concreto ao assunto que na altura foi referido, que era a área social, disse que eramos um concelho exemplar e mantinha essa afirmação. Em relação ao arrendamento jovem disse que a autarquia já há muito tempo que tinha medidas de apoio, nomeadamente ao auxílio para aquisição de casa e financiamento direto para a construção de habitação própria e havia uma medida de apoio ao arrendamento até aos 35 (trinta e cinco) anos, durante 3 (três) anos, tendo em conta o rendimento do agregado familiar e estas eram medidas extremamente importantes e exemplares daquilo que era o investimento da Câmara Municipal em matéria social para fixar jovens, podendo inclusive obter toda esta informação na página da internet do Município.

Relativamente às reuniões da Câmara Municipal disse que tem havido o cuidado de descentralizar a realização das mesmas pelas freguesias para ir ao encontro das pessoas e havia também as sessões da Assembleia Municipal onde poderia participar, mas apesar de gostar de ter a participação de todas as pessoas nestas sessões, não se poderia alterar a realização destas em função de uma conveniência particular.-----

---- A munícipe Ana Rita Cardoso, respondeu que o que estava a sugerir era encontrar mais formas de o fazer, pois sabia que essas medidas existiam e parabéns por isso, mas queria referir-se era aos locais em que essas medidas pudessem ser implementadas, ou seja, não estava a falar em fazer grandes moradias, mas sim em fazer um prédio de 3 (três) ou 4 (quatro) andares que possibilitasse ter mais pessoas, referindo que era jovem e neste momento não tinha capacidade para comprar uma casa, mas se tivesse a possibilidade, mediante o pagamento de uma renda, de morar num apartamento, talvez assim saísse da casa de seus pais e a Câmara Municipal ficaria a lucrar com isso. Mais disse que era dos poucos jovens que tinha regressado a este concelho e por isso tomou a iniciativa de se envolver na política, referindo que apesar de tudo não estava contra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a intervenção do público neste ponto era para pedir esclarecimentos à Câmara Municipal e não para tomar posições políticas. Era evidente que havia uma abertura para que este participasse nestas Assembleias e achava extremamente importante que o fizessem e considerou que a primeira intervenção desta munícipe fora uma mais-valia para esta sessão, mas não considerava que a segunda intervenção se enquadrasse neste ponto.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a presente sessão, pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

*Armando*

Benedita Rocio Pires Dias  
Paula Cristina Ribeiro Gomes



## Assembleia Municipal

Vamos falar de Vila Velha de Ródão? A Vila Velha de Ródão que tem sido capa de muitos jornais, abertura de noticiários, nos vários canais de televisão, o motivo de muitos comentários nas redes sociais. A nossa Vila, o local onde vivemos, o nosso concelho! A Vila que entre denúncias, relatórios, procura de resultados e muitas acusações continua a ser o destaque. Porquê? De forma direta, ao que designam por poluição no Rio Tejo.

Num ataque cerrado somos o foco, o início, a continuação o meio o fim, não sabemos. Mas queremos e devemos saber. E neste foco, o da indústria da celulose, muito se escreve. Na falta de resposta de muitos, dos responsáveis, tem-se destacado uma entidade, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, na pessoa do seu presidente Luis Pereira. Que de forma contundente tem marcado a posição desta autarquia, do interior do país, que quer conjugar a economia, o emprego, a fixação de pessoas, com a sua qualidade de vida. A resistência permanente de Luís Pereira em defesa da imagem do nosso concelho, que muitos querem negativa, é de ressalvar.

Em Vila Velha de Ródão existem indústrias de celulose, que são o motor económico do concelho e das suas gentes. Ido até muito fora de portas. E tal como sempre foi referido pelo presidente da autarquia, pretende-se que aqui continuem, desde que observem a legislação e as normas em vigor.

Apesar de linear, óbvio e pragmático, de que não cabe a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão a emissão de licenças para nenhuma destas indústrias, nem a sua monitorização, não nos apraz à compreensão muitos ou a maioria dos ataques perpetuados ao presidente Luís Pereira, pelo óbvio. As indústrias são importantes, mas se cumprirem os parâmetros estipulados. E neste ponto apenas o Ministério do Ambiente poderá ter resposta cabal e definitiva.

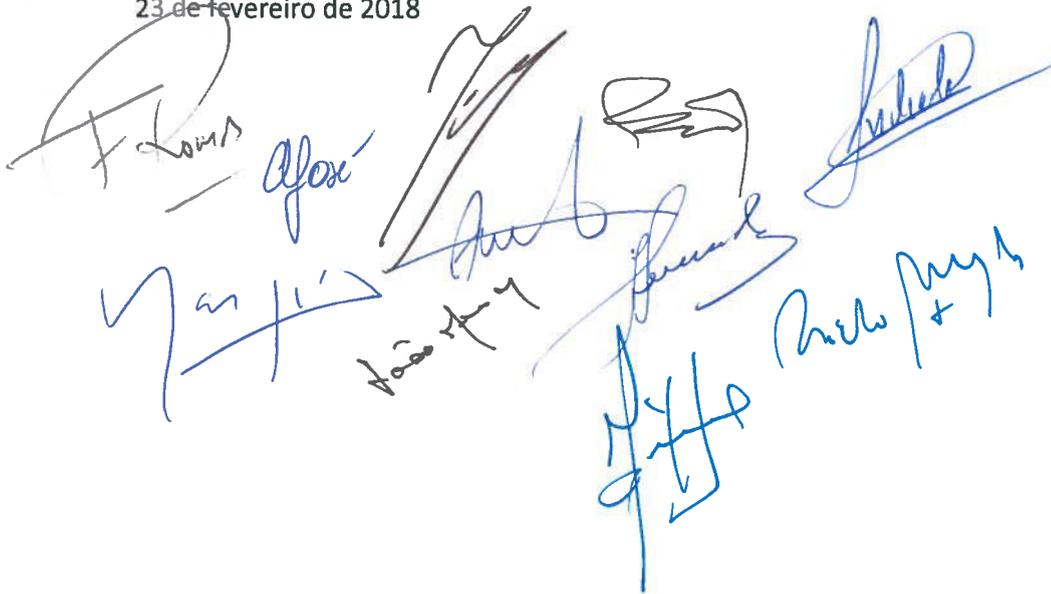
O Município de Vila Velha de Ródão sempre colaborou com todas as entidades competes, para apurar a veracidade dos factos relacionados com a poluição no Rio Tejo.

É necessário que as autoridades oficiais identifiquem, de forma definitiva, as causas destes incidentes.

Neste longo e permanente processo o presidente Luís Pereira tem mantido a sua clareza, definição e assertividade, em contextos nem sempre fáceis. Porque diversas são as vezes em que se troca o debate plural pelo insulto. O qual condenamos. O presidente Luis Pereira tem procurado a defesa do nosso concelho no seu todo. Sem esconder ou escamotear nada.

Neste sentido, a bancada do PS quer deixar expresso o seu total apoio ao presidente Luis Pereira, pela forma sempre resiliente com que tem pugnado pela defesa de Vila Velha de Ródão.

23 de fevereiro de 2018



## Moção

### Pelo equilíbrio entre a proteção dos recursos naturais e as atividades económicas em Ródão

O rio Tejo é um recurso de valor inestimável em todas as suas dimensões. Tal é reconhecido por todos. E para o proteger da poluição, que é um problema recorrente, foi criada, em Janeiro de 2016, a Comissão de Acompanhamento Sobre Poluição no rio Tejo que apresentou o seu relatório em Novembro de 2016. Todos os partidos concordam na necessidade da resolução deste problema.

No entanto, e apesar destes esforços, não há avanços significativos e os acontecimentos mais recentes atingiram uma dimensão mediática nunca vista. Nunca a opinião pública foi tão forte como hoje, exigindo a rápida e efetiva resolução destes problemas.

Há focos de poluição da nascente à foz mas, os dados mais recentes mostram, que Ródão é um deles, o que levou o Ministro do Ambiente a mandar reduzir para metade as descargas da Celtejo.

Não sendo fácil criar equilíbrios justos entre a preservação da natureza e a saúde das populações, por um lado, e a procura de lucros das grandes empresas por outro o poder político tem de ser capaz de defender, de forma inequívoca, os recursos naturais pois são eles o suporte da vida humana. O poder político tem estar ao lado das pessoas exigindo o cumprimento escrupuloso da lei por parte de todas as atividades económicas.

Todas as empresas são necessárias ao desenvolvimento económico da região mas têm de respeitar a proteção legal dos recursos naturais, que pertencem a todos nós.

Relembramos que, em Vila Velha de Ródão, para além da poluição das águas, há também a questão da poluição atmosférica, o ruído das máquinas fabris, as monoculturas, o milho transgénico, os incêndios, a seca e a conseqüente e acelerada perda de biodiversidade que lhe está associada. Acresce ainda a ameaça eminente da Central Nuclear de Almaraz, que há muito ultrapassou o prazo de validade para laborar.

Todos estes aspetos contribuem para a degradação da qualidade de vida e para a redução da diversidade do tecido económico, com o conseqüente despovoamento do território.

Esta coligação está determinada em contribuir ativamente para a resolução destes problemas a curto, médio e longo prazo.

Para tal propomos que se faça uma reflexão profunda sobre estes problemas e suas soluções. Esta reflexão poderá ser desenvolvida através de um ciclo de debates temáticos abertos com contraditório.

Pretende-se estimular a participação de todos os cidadãos porque, como bem demonstra o empenho do cidadão Arlindo Consolado Marques não há soluções sem o envolvimento das pessoas.

“Muitos daqueles que detêm mais recursos e poder económico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas, procurando apenas reduzir alguns impactos negativos”

Excerto da Encíclica “*laudato si*” sobre o cuidado da casa comum, do santo padre Francisco

Vila Velha de Ródão, 23 de Fevereiro de 2018

Os membros da Assembleia Municipal da Coligação “Novo Rumo”

*Luís Manuel da Silva Brito Coutinho Dias*  
*Yolanda*  
*Leunha*